

Busca:

A Adusp

agenda

contato

defesa da universidade

data base

jurídico

publicações

Reitoria: CO/Comissões

decisões do CO

linha direta



Boletim Especial databse • 02/06/2008

Reitores retêm R\$ 161 milhões que deveriam ser destinados a salários!

Na reunião de negociação entre o Fórum das Seis e o Cruesp, em 29 de maio último, os Reitores novamente recusaram-se a conceder a parcela fixa de R\$ 200. Também não apresentaram até agora qualquer explicação quanto ao uso dado aos cerca de R\$ 161 milhões que deveriam ter sido destinados a salários desde nossa data-base em 2007. A estimativa deste montante é simples.

Em seu comunicado nº 3 (6 de junho de 2007), o Cruesp propunha:

“Caso a arrecadação anual do ICMS ultrapasse o valor de R\$ 43,620 bilhões, os recursos adicionais, a partir desse valor, transferidos às Universidades serão utilizados da seguinte forma:

- 75% para o pagamento de parcela fixa
- 20% para investimentos em ensino, pesquisa e extensão, e
- 5% para a assistência estudantil;”



Ato unificado da Reitoria da Unesp, em 29/5

A arrecadação atingiu R\$ 45,68 bilhões em 2007, gerando um adicional de R\$ 2,06 bilhões. Dos 9,57% destinados às universidades, R\$ 148 milhões deveriam então ter ido para salários em 2007 e, também, deveríamos ter recebido a parcela fixa de R\$ 200 incorporada aos salários, o que significaria um desembolso de mais R\$ 74 milhões entre janeiro e maio de 2008. Descontando-se o custo do reajuste salarial de 1,5% desde novembro de 2007 (~R\$ 35 milhões) e do abono de R\$ 400 (~R\$ 26 milhões), restariam ainda R\$ 161 milhões que deveriam ter sido destinados aos salários. Para a permanência estudantil esperar-se-ia, também, um aporte adicional de R\$ 9,86 milhões, dos quais nenhuma notícia foi dada até o momento.

Tivessem os Reitores cumprido o compromisso assumido, cada trabalhador da universidade teria recebido uma massa salarial adicional de R\$ 2.666,00. Ao mesmo tempo, apenas a correção da inflação em 2008 (4,7%), incidindo sobre o aumento salarial que deveria ter sido dado, significaria uma recomposição média de aproximadamente 8,02%, acima portanto do reajuste de 6,51% concedidos até o momento.

Considerando-se o crescimento de arrecadação que o governo do Estado vem registrando e tendo-se em conta os efeitos de sazonalidade, estimamos que o ICMS deva ultrapassar os R\$ 51,8 bilhões em 2008. Neste cenário o reajuste de 6,51% prometido agora pelo Cruesp resultará em comprometimento médio estimado de 82,5% em 2008, o segundo menor valor desde 1995 (ano em que se fixou o repasse para as universidades em 9,57% da quota-parte do ICMS). E recuperar maio de 2001, mais a incorporação da parcela fixa de R\$ 200, como reivindicamos, projeta um comprometimento médio de 86% (abaixo da média de 87,1% registrada desde 1995).

Ao encerrarem a reunião todos os reitores acenaram com a possibilidade de fazer negociações específicas em suas universidades. A estratégia é

evidente. Desembolsariam eventualmente uma pequena fração daquilo que retiveram dos nossos salários, para dividir e enfraquecer nosso movimento. É por isso que o Fórum das Seis está cobrando do Cruesp uma nova reunião até 11 de junho e propondo que as entidades realizem assembléias nos dias 12 e 13 de junho, para que avaliem a resposta dos Reitores e a proposta de indicativo de greve.

Somente uma resposta unitária e determinada dos trabalhadores e estudantes das universidades pode impedir que salários e permanência estudantil financiem mais uma vez o custeio das universidades estaduais paulistas.

Relato de uma negociação que não ocorreu

No dia 29/05 não houve negociação entre o Fórum das Seis e o Cruesp.

Conforme prevê o protocolo de uma negociação, a reunião deveria ser aberta com um relato da Coordenação do Fórum das Seis a respeito de como as instâncias deliberativas das entidades se manifestaram sobre a proposta de reajuste salarial do Cruesp.

Mas o protocolo foi quebrado. O presidente do Cruesp, ao invés de ouvir o coordenador do Fórum das Seis, fez uma longa apreciação sobre o reajuste salarial. Entre seus comentários, cabe destacar:

1. não houve contestação aos 6,51%;
2. durante os três anos, como Reitor, aprendera que a meta do movimento era recuperar o poder aquisitivo de maio de 2001, e o reajuste proposto superava essa meta;
3. a parcela fixa de R\$ 200,00 afeta a carreira docente e distorce a carreira do servidor técnico-administrativo;
4. caso a arrecadação do ICMS supere as previsões, os recursos adicionais financiarão os investimentos necessários para garantir o bom funcionamento das universidades;
5. quanto ao aspecto de justiça social, mencionou que não há grande distância entre o salário médio dos docentes e o salário médio dos funcionários técnico-administrativos e que a redução das desigualdades poderia ser feita na negociação da pauta específica.

Concluiu, então, o Presidente do Cruesp afirmando que não haveria o que fazer com relação ao primeiro ponto da pauta unificada de reivindicações.

Todos esses argumentos do Cruesp foram rechaçados pelos representantes das entidades, com um leque de intervenções, das quais convém ressaltar:

1. no Comunicado nº 3 de 6/6/07, o Cruesp declarava que pagaria uma parcela fixa dependendo de um aumento de arrecadação. Este aumento não só foi realizado como superou significativamente o limite inferior determinado pelos reitores, que mesmo assim não pagaram a parcela fixa, concedendo apenas um reajuste de 1,5% (em novembro de 2007). Não há motivo agora para voltarem atrás em suas declarações mais uma vez. Até porque tem havido um crescimento sustentado da arrecadação do ICMS e a meta colocada na pauta unificada deste ano de "maio de 2001 + R\$ 200,00", pode ser atendida sem que haja um comprometimento excessivo do orçamento das universidades com as folhas de pagamento;
2. nenhuma entidade rejeitou os 6,51% que, marginalmente, supera o índice para recuperar maio de 2001, mas todas continuam cobrando do Cruesp a parcela fixa de R\$ 200,00, parte integrante do primeiro ponto da pauta unificada de reivindicações;
3. o argumento de que a incorporação de uma parcela fixa de R\$ 200,00 afeta a carreira docente ou distorce a carreira do servidor técnico-administrativo é uma afronta à inteligência da comunidade universitária;
4. o problema salarial deve ser resolvido na pauta unificada e não transferido para a pauta específica;



Reunião de negociação de 29/5, na reitoria da Unesp. Na primeira foto, o vice-reitor da USP e os reitores da Unesp e Unicamp

5. a distância entre as médias salariais de docentes e funcionários não é parâmetro para avaliar as disparidades entre os salários mais altos e mais baixos e muito menos serve como justificativa para rejeitar a concessão da parcela fixa de R\$ 200,00.

Apesar de toda a argumentação dos representantes das entidades do Fórum das Seis, o Cruesp se manteve inflexível. A Coordenação do Fórum declarou, então, que a posição do Cruesp seria avaliada pelas assembléias das entidades.

A próxima reunião de negociação, que deverá incluir também o ponto referente à permanência estudantil, não tem ainda data acertada.

Deliberações do Fórum das Seis e indicações para suas entidades

1) Que as entidades realizem Assembléias na semana de 02 a 06 de junho para avaliarem a resposta do Cruesp às nossas reivindicações.

2) Enviar ofício ao Cruesp solicitando reunião, até 11 de junho, para discussão do aumento salarial e da permanência estudantil. Solicitar no ofício que o Cruesp responda às seguintes questões aos trabalhadores e estudantes das Universidades Estaduais Paulistas:

A) Que destino foi ou será dado aos cerca de R\$161 milhões que deveriam ter sido usados para a incorporação da parcela fixa de salários desde 2007, como assumiu o Cruesp em seu comunicado nº 3/2007?

B) Como foram utilizados os cerca de R\$10 milhões que deveriam ser acrescidos à receita de permanência estudantil em 2007, segundo o compromisso assumido no mesmo comunicado Cruesp nº 3/2007?

C) As assembléias das entidades do Fórum das Seis irão avaliar a recusa do Cruesp ao aumento salarial fixo de R \$200. De qualquer modo, o desempenho da arrecadação do ICMS permite projetar que o atendimento de nossa reivindicação (recuperar o poder aquisitivo de maio/2001 mais a incorporação de parcela fixa de R\$200) manteria o nível de comprometimento das universidades com salários em níveis abaixo da média observada desde 1995. Que parcela deste aumento de arrecadação, esperado para este ano, o Cruesp pretende destinar à recuperação salarial do conjunto dos servidores das universidades estaduais paulistas?

D) Como o Cruesp pretende tratar, relativamente a salários, os repasses às universidades originados do parcelamento de longo prazo do PPI (até 15 anos)?

3) Que as entidades realizem Assembléias nos dias 12 e 13 de junho para analisar as respostas do Cruesp às nossas questões e para avaliar o indicativo de greve.